

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Fábrica em São Paulo focará em energia renovável

Hitachi: nova fábrica visa data centers e energia renovável

A companhia Hitachi Energy começou a construir uma fábrica de transformadores elétricos de potência no Vale do Paraíba, em Pindamonhangaba, no interior de São Paulo. Segundo a empresa, os equipamentos que serão fabricados na nova planta são essenciais para a operação das redes elétricas, na expansão da geração de energia renovável e desempenham papel

fundamental na construção de data centers – necessários para viabilizar tecnologias de inteligência artificial. A nova fábrica faz parte de um investimento de cerca de US\$ 200 milhões da Hitachi Energy no Brasil, anunciado em 2024. Cerca de 80% desse valor serão destinados à construção da nova unidade. A nova fábrica é a terceira planta industrial da empresa no Brasil.

Tesouro direto

As vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet bateram recorde para meses de julho, divulgou o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R\$ 7,26 bilhões em papéis. O valor é 25,93% maior que em junho, quando as vendas somaram R\$ 5,77 bilhões.

Contas externas

As contas externas do Brasil registraram déficit de US\$ 7,1 bilhões em julho de 2025. O saldo negativo é maior do que o do mesmo mês do ano passado, quando estava em US\$ 5,2 bilhões. Os dados constam do relatório de estatísticas do setor externo do Banco Central (BC).

Andre Ribeiro / Petrobras



Plataforma no campo de pré-sal, na Bacia de Santos

Áreas de jazidas do pré-sal serão leiloadas em dezembro

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) irá leiloar, no dia 4 de dezembro de 2025, áreas não contratadas das jazidas de Mero, Tupi e Atapu, localizadas na Bacia de Santos, região do pré-sal no litoral do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. O leilão será realizado na Bolsa de Valores B3, em São Paulo. Será ofertada ao mercado a totalidade

da participação da União nessas áreas, que corresponde a 3,500% em Mero, 0,551% em Tupi e 0,950% em Atapu. Os campos de Tupi, Mero e Atapu estão entre as seis maiores áreas produtoras de petróleo do Brasil, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Campos

Os três campos são operados pela Petrobras e possuem como parceiros Shell, Total, CNODC, CNOOC e Galp. A PPSA é a representante da União nas áreas não contratadas e é responsável pela venda da produção de petróleo e gás natural na região.

Frango I

O Chile e a Arábia Saudita retiraram as restrições para a compra de carne de frango do Brasil, conforme divulgou o Ministério da Agricultura e Pecuária. Os países haviam suspenso a importação por causa de um caso de gripe aviária em uma granja comercial no Sul.

Estudos

“Nossos estudos (da PPSA) apontam que a parcela da União nos três campos tende a crescer nos próximos anos, criando um potencial significativo de valorização e geração de caixa adicional”, explicou o diretor-presidente da PPSA, Luis Fernando Paroli.

Frango II

A Namíbia e a Macedônia do Norte também retomaram as importações. No total, 41 países já retiraram o embargo. O Canadá, a China, a Malásia, o Paquistão, o Timor-Leste e União Europeia ainda mantêm embargo às importações de carnes de aves brasileiras.

Capelli: ‘Vamos acabar com a exclusividade do BRB’

Pré-candidato ao governo no DF critica atuação do banco

Por Martha Imenes

Um dia após o governo federal anunciar um crédito de R\$ 12 bilhões para a renovação do parque industrial brasileiro (a indústria 4.0), a Casa Correio da Manhã, em Brasília, recebeu o presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Capelli (PSB).

Capelli, que é pré-candidato ao Governo do Distrito Federal (GDF) em 2026, e foi interventor do DF na época dos ataques de 8 de janeiro, falou sobre o cenário político brasileiro e do GDF – que podem ser conferidos na coluna Correio Político, de Rudolfo Lago, nesta edição do Correio –, e o papel da ABDI, que é ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

“A ABDI é uma agência vinculada ao ministério, nós estamos agindo para tentar mitigar os efeitos das tarifas norte-americanas. Participamos, junto com o ministério, da construção do plano Brasil Soberano”, conta Capelli.

Denúncia

O presidente da ABDI falou sobre a denúncia feita contra o Banco Regional de Brasília (BRB), que tem exclusividade na folha de pagamentos do GDF. Mas, no que depender de Capelli, a exclusividade está com os dias con-



Ricardo Capelli, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

tados. “Vamos ganhar a eleição e vou derrubar um artigo da Lei Orgânica do DF que determina exclusividade de pagamento ao BRB”, assegura.

Segundo ele, todos os servidores do Distrito Federal são obrigados a receber o pagamento pelo BRB, e isso acabou levando os servidores a um alto endividamento com empréstimo consignado.

“O BRB oferece consignado com juros altos, o servidor se enrola. A dívida com o banco é refinanciada e é oferecido outro empréstimo. Vira uma bola de neve”, explica Capelli, que acrescenta: “E o que tem acontecido? O salário cai na conta e o BRB toma 100% do salário. Existem pessoas há meses sem salário”, denuncia.

Foco no fomento do Distrito Federal

O presidente da ABDI, Ricardo Capelli, avalia que o BRB deveria focar em fomento e não em marketing e aquisições. “O BRB só tem um sentido de existir, que é o desenvolvimento do Distrito Federal”, diz.

Ele conta que o banco fechou no ano passado com um lucro contábil de R\$ 200 milhões, mas esse ano já projeta prejuízo. No entanto, não afirmou de quanto seria esse prejuízo estimado.

“O BRB vai juntar com o (banco) Master para disputar o mercado de varejo do Brasil. Ele vai disputar o quê? Com bancos que lucram R\$ 3 bi-

lhões por trimestre? Não tem a menor condição. O BRB só tem um sentido: ser um banco de desenvolvimento”, avalia.

O ex-interventor do DF critica a atuação do banco regional no que diz respeito ao papel de fomento desempenhado e cita os juros cobrados como exemplo.

“Sabe quanto o BRB cobra de juros para capital de giro voltado ao pequeno e micro empresário do Distrito Federal? São 56% de juros ao ano. Para que usar o BRB para isso? A pessoa vai em outro banco e consegue juros mais baixos”, finaliza Capelli.

Indústria 4.0 visa modernização

A ideia do programa Indústria 4.0 é que o maquinário das empresas brasileiras seja atualizado com mais rapidez, com maior digitalização dos equipamentos e recursos de inteligência artificial.

“Ao invés de depreciar a compra de máquinas e equipamentos em 15 anos, é preciso depreciar a cada dois. Um forte estímulo à renovação industrial”, disse o vice-presidente Geraldo Alckmin, que também é minis-

tro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Os recursos para o programa são do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com R\$ 10 bilhões, e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com, mais R\$ 2 bi.

“Era um grande anseio da indústria poder ter um crédito mais acessível para renovar suas máquinas e equipamentos, e melhorar a produtivida-

de, a competitividade, reduzir custos e melhorar a eficiência energética”, afirmou Alckmin à Agência Brasil.

O vice-presidente acrescentou que o projeto de estímulo a bens de capital já era pensado desde o ano passado e que não teve relação inicial direta com o tarifaço imposto pelo governo dos Estados Unidos, que taxou os produtos brasileiros em 50%.

“A indústria brasileira vai

ser mais competitiva internamente para vender produtos melhores e a preço menor no Brasil. E, para ganhar mercado no exterior”, disse Alckmin.

O presidente do BNDES, Aloísio Mercadante, destacou que o programa representa mais do que uma iniciativa em favor da indústria, do crescimento e do investimento do país.

“O motor do crescimento é o investimento. O investimento precisa de inovação”, disse.

Custo de vida das famílias ficou mais em conta, aponta pesquisa do IBGE

Rafa Neddermeyer - Agência Brasil



IBGE divulga dados de consumo: alimento recua

Desconto na conta de luz, queda no preço dos alimentos e gasolina mais barata são fatores que fizeram a prévia da inflação de agosto ficar negativa em 0,14%. Na média, o custo de vida das famílias ficou mais em conta.

A constatação está no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), considerado a prévia da inflação oficial no país, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em julho, o IPCA-15 tinha marcado 0,33%.

O governo trabalha com a meta de manter a inflação oficial em 3% ao ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos, isto é, o máximo tolerado em 4,5%.

Bônus de Itaipu

Na habitação, que viu os preços recuarem 1,13%, representando impacto de -0,17%, o que mais puxou a queda na inflação foi a conta de luz, que baixou 4,93%. De todos os 377

produtos e serviços apurados pelo IBGE, foi o preço da energia elétrica residencial que mais pressionou o IPCA-15 para baixo, com impacto de 0,20 p.p.

A explicação da queda na prévia da inflação está no chamado Bônus de Itaipu, desconto na conta que beneficiou 80,8 milhões de consumidores. Conforme adiantou a Agência

Brasil, a bonificação compensou a bandeira tarifária vermelha 2, que adiciona R\$ 7,87 na conta e luz a cada 100 Kwh consumidos.

Alimentos

Outro grupo que ajudou a segurar a inflação foi o de alimentos e bebidas, que recuou 0,53% (impacto de -0,12 p.p.). É

o terceiro mês seguido de deflação no preço da comida, depois de nove meses seguidos de alta.

A alimentação no domicílio caiu 1,02% em agosto, com destaque para as quedas nos preços da manga (-20,99%), batata-inglesa (-18,77%), cebola (-13,83%), tomate (-7,71%), arroz (-3,12%) e carnes (-0,94%).

Gasolina

O grupo dos transportes apresentou deflação de 0,47% na prévia de agosto, o que representa impacto de -0,10 p.p. no IPCA-15. O resultado foi impulsionado pelas quedas nas passagens aéreas (-2,59%), automóvel novo (-1,32%) e na gasolina (-1,14%).

A gasolina é o subitem da cesta de consumo do brasileiro com maior peso, e a queda em agosto representou impacto de -0,06 p.p.

O conjunto de combustíveis recuou 1,18% em média, com deflação dos preços do óleo diesel (-0,20%), gás veicular (-0,25%) e etanol (-1,98%).